

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO  
Pedagogia

**Talissa Cordeiro da Silva**

**O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOS PCNS E NA  
BNCC: AVANÇOS OU RETROCESSOS**

**Itatiba-SP  
2020**

**TALISSA CORDEIRO DA SILVA RA: 002201700859**

**O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOS PCNS E NA  
BNCC: AVANÇOS OU RETROCESSOS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzia Bueno.

**Itatiba-SP  
2020**

**O essencial, com efeito, na educação, não é a  
doutrina ensinada, é o despertar.**

**(Ernest Renan)**

## **AGRADECIMENTOS**

Deixo aqui os meus agradecimentos, primeiramente as minhas professoras, Cláudia De Jesus Abreu Feitoza que me orientou e acompanhou na primeira fase ainda de projeto da pesquisa, e à professora Luzia Bueno que seguiu o trabalho nos semestres seguintes até a conclusão, trabalhando junto, compartilhando experiências, estudos, ideias e conhecimentos para que fosse possível a realização de um trabalho de qualidade.

Agradeço a minha família, por sempre me apoiar em todas as decisões e me incentivar a não desistir de um sonho que agora está se tornando realidade.

Aos meus amigos que tive a oportunidade de conhecer na faculdade, agradeço imensamente cada um deles: João Gabriel Ribeiro, Isabela Peres e Gislaine Chiquetto que estão comigo desde o início compartilhando momentos de alegria, angústia, tristeza e agora o nosso momento tão esperado, a conclusão do curso.

Agradeço aos demais professores que entenderam as dificuldades e a falta de tempo que o último semestre nos trouxe e foram maleáveis em diferentes situações agora nessa reta final do curso.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, se fizeram presentes nesse momento, contribuindo para a realização de um sonho que é a graduação no curso de Pedagogia.

## RESUMO

Professores da Educação Infantil passaram por longos processos no decorrer dos anos até que fossem considerados de fato professores e até nos dias de hoje no imaginário social esses profissionais não precisam ser identificados como docentes. Este trabalho não é feito a partir da vontade livre dos professores; existem documentos que regulamentam as ações desses profissionais. O presente trabalho de pesquisa tem por objetivo depreender o papel do professor de Educação Infantil de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Diante do exposto, pretende-se analisar que papel o professor assume nos PCNs e na BNCC, analisar possíveis avanços, retrocesso, a implicação de novas mudanças e se esses aspectos afetam ou interferem de maneira positiva ou negativa no trabalho dos professores perante a sua prática em sala de aula. Os resultados das análises nos mostram os avanços encontrados nos documentos BNCC e dos PCNs volume 1 e volume 2 houve avanços consideráveis em relação ao professor e o trabalho que o mesmo exerce em diferentes ações, porém é na BNCC onde foi possível encontrar maiores resultados para resposta da presente pesquisa.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Trabalho Docente. PCNs. BNCC.

## **ABSTRACT**

Early Childhood Education teachers went through long processes over the years until they were actually considered teachers and even today in the social imagination these professionals do not need to be identified as teachers. This work is not done out of the teachers' free will; there are documents that regulate the actions of these professionals. The present research work aims to understand the role of the Early Childhood Education teacher according to the Common National Curricular Base (BNCC) and the National Curriculum Parameters (PCNs). Given the above, it is intended to analyze what role the teacher assumes in PCNs and BNCC, to analyze possible advances, setbacks, the implication of new changes and whether these aspects affect or interfere positively or negatively in the work of teachers in relation to their practice in the classroom. The results of the analyzes show us the advances found in the documents BNCC and the PCNs volume 1 and volume 2 there were considerable advances in relation to the teacher and the work that he does in different actions, however it is in the BNCC where it was possible to find greater results for the answer of this research.

**Keywords:** Early Childhood Education. Teaching Work. NCPs. BNCC.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Metodologia .....</b>	<b>11</b>
2.1.1 Pesquisa na Abordagem Histórico-Cultural .....	11
2.1.2 A Pesquisa Bibliográfica: PCN e BNCC.....	12
2.1.3 Geração de dados .....	12
2.1.4 Procedimentos de Análise .....	15
<b>3 CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 Fundamentação Teórica.....</b>	<b>16</b>
3.1.1 A Educação Infantil .....	16
3.1.2 O Trabalho do Professor na Educação Infantil.....	21
3.1.3 Quem é o Professor de Educação Infantil.....	23
<b>4 CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1 Resultados Das Análises .....</b>	<b>26</b>
4.1.1 O trabalho do professor na Educação Infantil: expectativas conforme os teóricos.....	26
4.1.2 A denominação do profissional nos documentos .....	27
4.1.2.1 O Trabalho nos PCN.....	28
4.1.2.2 O Trabalho na BNCC.....	31
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>37</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Quando o assunto é professores de Educação Infantil, dúvidas e questionamentos são levantados a respeito do seu trabalho em sala de aula, e na maior parte das discussões as questões são voltadas para compreender que o professor de Educação Infantil não se trata de um simples cuidador de crianças, mas sim um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do aluno nessa fase inicial da sua vida escolar.

Professores da Educação Infantil passaram por longos processos no decorrer dos anos até que fossem considerados de fato professores e até nos dias de hoje no imaginário social esses profissionais não precisam ser identificados como docentes.

As instituições de ensino de Educação Infantil atendem as crianças de acordo com a seguinte faixa etária: crianças com até três anos frequentam a creche, porém não é uma obrigatoriedade, ficando assim a escolha dos pais e crianças de quatro a cinco anos a pré – escolas que passa a ser obrigatório e dever do Estado. Ambas têm como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A partir de uma grande admiração pela área de Educação Infantil, admiração essa ainda maior pelos profissionais que atuam na mesma e por querer atuar com alunos desta faixa etária que surgiu a inquietação para investigar como se estabelece nos documentos oficiais como a BNCC e os PCNs essa função.

Antes mesmo de iniciar o curso de graduação em Pedagogia, já sabia que queria trabalhar com crianças. Por um bom tempo trabalhei como babá, sendo assim estava sempre em contato com os pequenos. Quando iniciei o curso de Pedagogia, logo o primeiro estágio que tínhamos que realizar era na Educação Infantil, foi então que pude perceber a importância deste trabalho, um trabalho difícil, porém apaixonante e gratificante no final, acompanhar o desenvolvimentos dos pequenos, o modo como realizavam as atividades, a inteligência e a abordagem da professora para com as crianças. Foi uma experiência sem dúvida incrível, que me fez dar ainda mais valor para esses profissionais e para o ótimo trabalho que desenvolvem com os alunos.

Mas sabemos que este trabalho não é feito a partir da vontade livre dos professores; existem documentos que regulamentam as ações desses profissionais, como foi possível compreender no estágio. Mas ainda ficaram indagações: como os documentos institucionais



abordam a atuação de professores de Educação Infantil, e quais são os suportes que os mesmos possibilitam para que o professor desenvolva sua prática, garantindo, assim, um desenvolvimento no ensino e na aprendizagem de qualidade para os alunos?

Até recentemente, o documento de referência eram os Parâmetros Curriculares Nacionais conhecidos como (PCNs), e agora vigora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os PCNs trata-se de um documento com um conjunto de volumes onde cada volume fala especificamente sobre uma determinada área de ensino, os mesmos são articulados com os propósitos do Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação (MEC) a fim de propor idéias e propostas nas quais as instituições de ensino possam se basear para laborar o seu plano de ensino.

A BNCC é um documento cuja primeira versão passou a ser disponibilizada no ano de 2015. Com o objetivo de nortear a elaboração dos currículos dos municípios e estados de todo Brasil, das escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, o documento regulamenta as aprendizagens a serem trabalhadas nas escolas, eixos de aprendizagens para garantir o direito e desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

Os documentos em questão trazem discussões sobre os professores e a sua atuação em sala de aula para com os alunos. Por isso, o presente trabalho de pesquisa tem por objetivo depreender o papel do professor de Educação Infantil de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Diante do exposto, pretende-se analisar que papel o professor assume nos PCNs e na BNCC, analisar possíveis avanços, retrocesso, a implicação de novas mudanças e se esses aspectos afetam ou interferem de maneira positiva ou negativa no trabalho dos professores perante a sua prática em sala de aula.

A nossa pesquisa foi realizada a partir de duas ações principais. Inicialmente fizemos um estado da arte sobre o nosso tema e, a seguir, procedemos à análise dos PCNs e da BNCC. No estado da arte realizado em plataformas de pesquisas como no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes), foram encontradas teses referentes ao tema estudado; também nos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT07) e em Formação de Professores (GT08) da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e em artigos disponíveis na

biblioteca eletrônica da Scielo. Os trabalhos que foram encontrados nos bancos de dados são dos anos de 2000 a 2019, uma questão relevante que foi levantada ao realizar a pesquisa bibliográfica é que são poucos os trabalhos já realizados que se relacionam ao tema pesquisado, como exposto na tabela a seguir.

Resultados do Levantamento de Estado da Arte

<b>ANPED</b>	<b>NÚMERO DE TRABALHOS</b>	<b>ANO</b>
GT07- Educação de crianças de 0 a 6 anos	3	2007/2017
GT08 – Formação de Professores	1	2016
<b>CAPES</b>	1	2012
	1	2018
<b>SCIELO</b>	1	2000
	2	2019

As anotações relativas às leituras desses trabalhos, bem como a nossa análise dos PCNs e BNCC serão expostas nos capítulos a seguir de nosso trabalho que ficou assim organizado. No capítulo 1, expomos a metodologia de nossa pesquisa. No capítulo 2, o nosso referencial teórico. No capítulo 3, nossos resultados de análise. No capítulo de Considerações Finais, apresentaremos as nossas conclusões.

## 2 CAPÍTULO 1

### 2.1 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentaremos a metodologia utilizada na nossa pesquisa.

#### 2.1.1 *Pesquisa na Abordagem Histórico-Cultural*

A realização da pesquisa na abordagem Histórico-Cultural privilegia a importância das interações sociais entre os seres humanos, a partir da convivência, trocas e as próprias interações entre os indivíduos, as quais são consideradas como moldes para o desenvolvimento do homem.

A interação social do indivíduo permite que o mesmo sofra interferências em seu modo de pensar e ou de agir em determinadas situações, porém não se trata de algo pré – determinado, já que é possível que esse indivíduo também interfira no seu meio de convívio. Essa interação é marcada pela linguagem, a qual aparecerá nos textos, como os documentos prescritivos, por exemplo, como os PCNs e a BNCC, os quais serão investigados neste TCC, seguindo, assim, a perspectiva histórico-cultural.

Nessa perspectiva, a Ciência é considerada como histórica e o homem se caracteriza por sua complexidade. O pesquisador assume o papel de olhar para o outro, colocando-se no seu lugar para entender o que pensa e, então, retornar para o seu lugar com respostas que lhe permitem a compreensão e respostas ativas sobre o outro.

Dois autores dentre outros são muito importantes na perspectiva Histórico-Cultural; são eles, Vygotsky e Bakhtin. Nascidos em anos próximos (1895-1896), viveram na Rússia, porém não se conheceram. Ambos os autores nos dias de hoje, são ligados por textos onde defendem a mesma perspectiva e articulam idéias como, por exemplo, a importância da linguagem para o processo de desenvolvimento do homem.

Freitas (2007) elenca alguns pontos em sua pesquisa onde Vygotsky e Bakhtin defende a perspectiva Histórico-Cultural, mostrando algumas contribuições da mesma.

De acordo com Vygotsky (1991), uma das metas da pesquisa é conservar a concretude do fenômeno estudado, sem ficar nos limites da mera descrição, isto é, sem perder a riqueza da descrição, deve-se avançar para explicação.

Já Bakhtin (1992) diz que o estudo nas ciências humanas não pode se restringir a explicar os fenômenos pela sua causalidade, mas deve se preocupar também em descrevê-los. Ou seja, ambos os autores acreditam que, ao descrever os fatos, é possível também haver uma compreensão melhor sobre eles.

Em uma pesquisa na perspectiva Histórico-Cultural é importante que esteja claro e explícito: os sujeitos envolvidos, a metodologia utilizada para a produção dos dados, os objetivos que pretende se atingir, o momento da produção dos dados, o conteúdo temático que vai ser tratado e o modo com que os textos serão organizados, sejam por tabelas, gráficos e ou qualquer outro formato. Desse modo, será possível compreender os passos que o pesquisador utilizou para chegar ao resultado final de sua pesquisa e também poderá haver o entendimento daqueles que participarem.

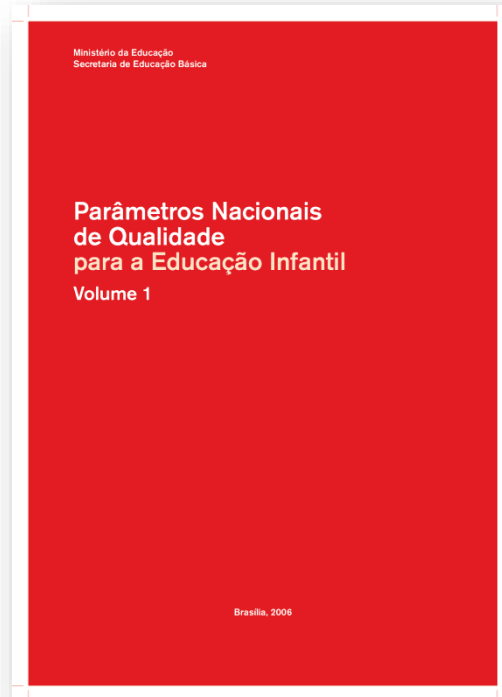
### *2.1.2 A Pesquisa Bibliográfica: PCN e BNCC*

Para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados de maneira significativa, o método utilizado é a pesquisa bibliográfica com análise documental. Esse método de pesquisa requer uma análise em documentos, livros, revistas, artigos e outros meios sobre o tema a ser estudado para que a partir de leituras, entendimentos e resumos seja possível então redigir o próprio trabalho a fim de novas constatações, análises e pontos de vista diferentes sobre o tema em questão. 1.3 Geração de Dados.

### *2.1.3 Geração de dados*

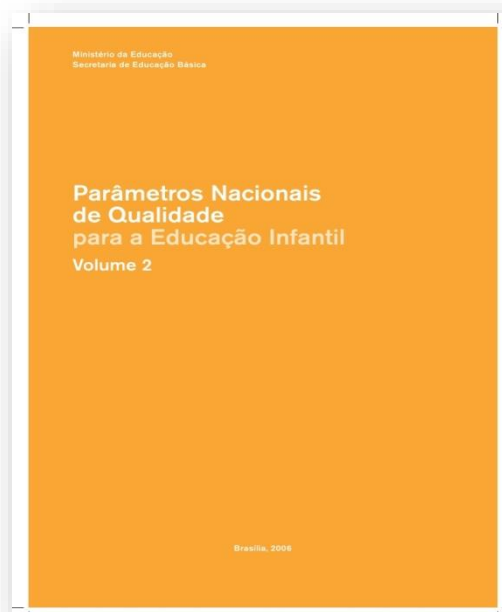
Os principais documentos analisados a fim de obter os dados resultantes da pesquisa são os PCNs da Educação Infantil; a sua primeira publicação foi em 2006, no site do Ministério da Educação (MEC) com dois volumes. Em suas primeiras páginas o documento apresenta a sua introdução com os objetivos principais que são estabelecer padrões de referência para a educação, sendo assim estabelecidos padrões no qual orientava para o funcionamento e organização das Instituições de Educação Infantil. Os PCNs representavam

um marco relevante das Políticas Públicas para Educação Infantil, contemplando aspectos relacionados ao direito de todas as crianças ao atendimento educacional em creches e pré-escolas, sob o princípio de igualdade e qualidade.



Fonte:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>

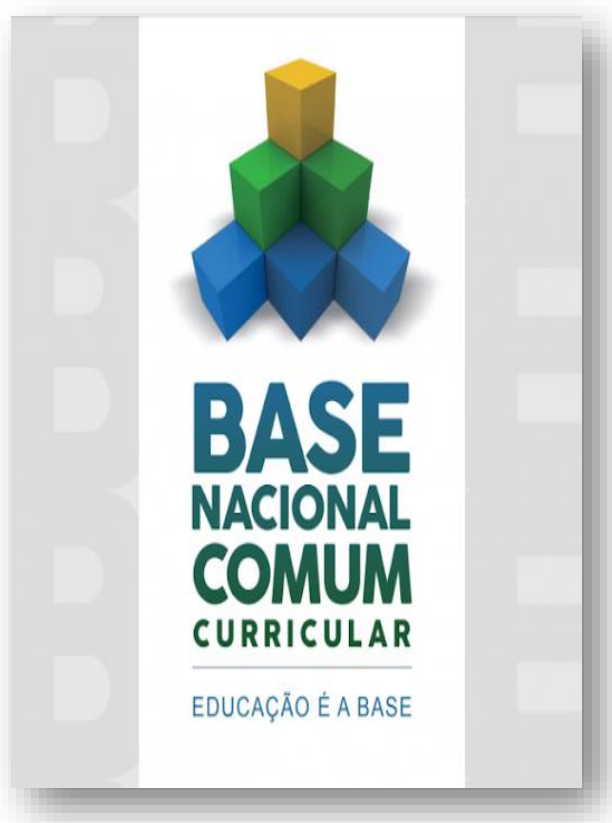


Fonte:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf>

Com muitas mudanças vindas de 2006 para a Educação Infantil, atualizações foram feitas nos PCNs e publicado em 2018 no site do Ministério da Educação. Para que as atuais instituições recebam os alunos de acordo com as legislações vigentes, a nova versão do documento está organizada em oito áreas focais a serem utilizadas pelas instituições de ensino para que os professores possam trabalhar com os alunos, garantindo uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com eficiência e efetividade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o segundo documento a ser analisado para obtenção dos dados da pesquisa.



Fonte: <http://movimentopelabase.org.br/acontece/base-nacional-comum-curricular-2/>

A BNCC, disponível no site do Ministério da Educação, é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Desde o seu surgimento até os dias atuais, muitas foram às mudanças e implementações para que chegasse a base que temos hoje. Uma versão atualizada em 2018 traz as contribuições para a Educação

Infantil de modo que as aprendizagens previstas sejam alcançadas pelos professores a fim de buscar o desenvolvimento e progressão dos alunos.

#### *2.1.4 Procedimentos de Análise*

Por meio da análise documental realizada na BNCC e nos PCNs, foi possível atingir o resultado esperado para o trabalho da pesquisa. Diante dos materiais para consulta determinamos alguns procedimentos para nortear a análise a fim de concluir o objetivo da pesquisa.

Primeiramente foi feita a leitura da BNCC especificamente na seção da Educação Infantil por completo e dos PCNs volume 1 e volume 2. Em seguida, com o propósito de destacar o professor e a sua função para a Educação Infantil perante aos documentos, foram selecionados todos os trechos, frases, parágrafos e citações diretas ou indiretas onde o mesmo aparece.

Todas as ações que remetem aos professores retiradas dos documentos foram separadas por grupos, considerando os eixos temáticos que foram depreendidos dos próprios dados: ações para com a família; o aluno; as atividades; conhecimento do mesmo; a escola e a equipe gestora; a proposta pedagógica e ao ambiente de trabalho. Depois disso, foi possível então analisar e destacar os avanços e os retrocessos dos documentos diante da função determinada para o professor que atua na Educação Infantil.

## 3 CAPÍTULO 2

### 3.1 Fundamentação Teórica

Neste capítulo, apresentaremos o referencial teórico de nossa pesquisa.

#### 3.1.1 *A Educação Infantil*

A Educação Infantil está inserida em um processo histórico que carrega grandes mudanças e conquistas desde o seu surgimento até os dias atuais. De acordo com a LDB, Lei 9.394/96, a educação básica deve ser obrigatória em todo território nacional e incluir também a Educação Infantil. Em seção II, o artigo 29 cita que “A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Fazendo-se a retrospectiva da história da Educação Infantil logo se percebe que por muito tempo o real sentimento e cuidado de infância não existiam; havia altos índices de mortalidade devido à falta de estrutura e recursos financeiros das famílias; crianças abandonadas pelos pais, falta de ludicidade e brincadeiras na infância e outros aspectos que acabaram acarretando na desvalorização infantil.

As crianças eram vistas como “adultos em miniaturas”, pois muitos já trabalhavam e outros eram preparados para iniciar no trabalho, os adultos não tinham a percepção de que o desenvolvimento cognitivo das crianças, por exemplo, se dava através das brincadeiras e enxergavam como atos de rebeldia, desobediência e travessuras infantis essas brincadeiras.

Sob influência europeia e com o início da era do capitalismo, as primeiras instituições para o atendimento de crianças no Brasil começam a surgir no final do século XIX e início do século XX com fins especificadamente assistenciais e muitas delas atendiam apenas a elite da população. Entretanto, Kuhlmann (2001) ressalta que essas instituições se preocuparam com questões não só de cuidados, mas de educação, visto se apresentarem como pedagógicas já em seu início.



Uma das primeiras instituições que foi criada e se manteve por um longo período de tempo foi a “roda dos expostos e ou excluídos”; criada em 1726, tratava-se de uma casa sem nenhum tipo de recurso específico com o foco apenas no cuidado assistencial como higiene, segurança e alimentação. Lá era também realizado o batismo das crianças que recebiam ainda muito pequenas e que por sua vez foram abandonadas pelos pais; em muitos casos, mães solteiras e sem condições que os deixavam para que fossem cuidadas. De acordo com Aquino:

A roda dos expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança, a menos que trouxesse consigo um bilhete – o que era muito comum - que informava a rodeira de que o bebê já estava batizado. No caso de dúvida dos responsáveis pela instituição, a criança era novamente batizada. Mas o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira, só que antes da roda, as crianças eram abandonadas e supostamente assistidas pelas municipalidades, ou pela compaixão de quem as encontravam (2001, p. 133)

Podemos ver que a respeito das iniciativas das rodas de expostos é que a preocupação maior era com a integridade das crianças, por isso, a preocupação com o batismo. Somente no século XX já em meados de 1950 que foi extinta esse tipo de instituição de acordo com Marcílio (1997).

Em seguida começam a surgir às primeiras creches no Brasil, por volta de 1879, mais conhecida como A Creche (asilo para a primeira infância). Esta era diferente do caso europeu onde a creche foi criada para a ampliação do trabalho industrial feminino. Aqui, a princípio, a creche é apresentada como a nova instituição para a solução dos problemas trazidos pela Lei do Ventre Livre, como a educação das crianças filhos de escravos e órfãos; essa fase foi caracterizada como a fase da filantropia, para Kuhlman Junior “A filantropia torna-se uma adaptação da antiga caridade que se preocupava com a diminuição do custo social, com a reprodução da classe trabalhadora e com o controle da vida dos pobres, de modo a garantir a dominação do capital” (1990, p. 30).

A fase higienista ocorreu durante o final do século XIX e início do século XX, com a preocupação na saúde das crianças. A sua expansão aconteceu quando surgem os jardins de infância, criado por Forbel, na Alemanha, para atender os filhos de famílias mais abastadas.

Somente com o início do capitalismo , quando as indústrias ganharam maior impulso, outras instituições foram sendo inauguradas para atender as crianças filhos de trabalhadores e operários, pois, com a grande demanda da industrialização, as mulheres começam a entrar no

mercado de trabalho cada vez mais e acabam não tendo onde deixar os filhos. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal foram os precursores nessa proposta de acordo com KUHLMANN:

No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a Legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem locais e alimento para crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches (KUHLMANN JR., 2000b, p.8)

Já no século XX, as instituições criadas para atender as crianças como jardins de infância e pré - escola começou a exercer uma nova função que é a de suprir de alguma maneira as carências infantis que essas crianças tinham.

Para muitos autores e pesquisadores, o século XX é considerado como o da criança, pois nesse período acontecem intensos estudos a favor da aprendizagem e da educação nas escolas.

A educação escolar da infância passa a ser vista com outros olhos por parte da sociedade a partir dos anos de 1920 á 1945, nesse período, surge o Estado Novo e o governo assume oficialmente as responsabilidades na esfera do atendimento infantil, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde.

Na década de 1940, é criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), que era subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, órgão criado pelo Decreto lei n2204, de 17 de fevereiro de 1940. O DNCr foi criado para auxiliar nas instruções e funcionamentos do atendimento de mães e crianças pequenas.

Na segunda metade do século XX, com a modernização dos pais, com o capitalismo e a industrialização, o aumento da mão de obra feminina no mercado de trabalho foi significativamente alto, com isso “Creches parques infantis que atendiam crianças em período integral passaram a ser cada vez mais procurados não só por operárias e empregadas domésticas, mas também por trabalhadoras do comercio e funcionárias públicas” (OLIVEIRA, 2005, P. 102).

O atendimento para com as crianças pequenas desde o seu surgimento passou por várias funções distintas que eram estabelecidas conforme cada momento histórico, ou seja, em cada momento esse atendimento focava em uma especificidade.

Dois anos após a Constituição Federal, cria-se em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente inserindo as crianças no mundo dos direitos humanos. A Lei 8.069/90, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994a).

Segundo Ferreira (2000, p. 184), essa Lei é mais do que um simples instrumento jurídico, por que:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Nos anos de 1994 a 1996, outros grandes passos foram dados para a educação infantil como a elaboração do Plano Nacional de Educação Infantil, que estabelecia as diretrizes pedagógicas e recursos humanos com a finalidade de promover melhorias para essa etapa do ensino. Começou a se pensar também a respeito do profissional que iria atender essas crianças; era preciso ser qualificados e com um nível mínimo de escolaridade para trabalhar como professor de educação infantil.

Em seguida, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que, tratando dos níveis escolares, inseriu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica com o propósito do desenvolvimento da criança até os seis anos de idade.

Em 1988, a Constituição Federal efetiva o dever do Estado em assumir as responsabilidades sobre creches e pré-escolas incluindo-as definitivamente no sistema educativo para atender crianças de zero a seis anos, sendo assim, as mesmas deixam de estar sob o controle assistencial social e passam a ser controladas pelo Estado.

Já no ano de 1998, o Ministério da Educação publica o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, com o objetivo de auxiliar como um guia a prática dos professores em sala de aula visando sempre ao desenvolvimento das crianças. Este documento

foi de grande importância, pois de certa forma facilitou o trabalho das professoras que não tinham uma formação específica para a área, nele eram descritas as atividades e brincadeiras para cada fase.

As crianças passam a ocupar um papel com mais visibilidade na sociedade “[...] como todo ser humano, é um ser social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico” (BRASIL, 1998, pág. 21).

Com todos os avanços e conquistas para a educação infantil, ainda tinham-se muitos desafios a serem alcançados como, por exemplo, o acesso das crianças de baixa renda e a qualidade do atendimento, recursos e infraestrutura. Barreto diz que:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (BARRETO, 1998, p. 25).

Afim de melhorias para o ensino e o acesso nas instituições de educação infantil, criou-se em 2001 a Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação, que teve por objetivo principal estabelecer as metas para todos os níveis de ensino, cuja vigência se estenderá até o ano de 2010. Esse documento visa reduzir as desigualdades sociais e regionais a respeito da entrada e permanências das crianças nas escolas.

É importante ressaltar que, de acordo com as novas exigências na Lei, é preciso ter uma formação sólida e constantes atualizações para exercer a função de professor de educação infantil.

Entretanto, podemos concluir que muitos foram os avanços e conquistas dessa jornada da educação infantil, porém muitos retrocessos acompanham essa etapa ainda quando pensamos no dia a dia das salas de aula e vemos que a prática que prevalece muitas vezes se restringe aos aspectos físicos relacionados à alimentação e higiene do que o trabalho educativo e pedagógico, por vezes relacionada à falta de metodologia e ou preparo para desenvolver atividades, a inexistência de um currículo para nortear o trabalho do professor.

### *3.1.2 O Trabalho do Professor na Educação Infantil*

O trabalho do professor de educação infantil passou por grandes reformulações e avanços. O que se esperava do mesmo anteriormente como apenas os cuidados assistenciais, não corresponde mais aos dias atuais, mas ainda há muito a se conquistar diante disso muitos são os debates afins de que haja uma formação mais abrangente e unificadora para os educadores infantis. O Referencial Curricular (BRASIL, 1998, p. 41) enfatiza que:

Faz-se necessário que os profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço. Assim, o diálogo, no interior da categoria, tanto quanto os investimentos na carreira e formação do profissional pelas redes de ensino, são hoje, desafio presente, com vista à profissionalização do docente de educação infantil.

Entende-se, portanto, que é preciso investimentos por parte das redes de ensino para a capacitação e atualização permanentes de seus educadores, levando em conta as experiências acumuladas daqueles que já vem trabalhando com crianças.

As crianças desde bem pequenas são curiosas, querem respostas a seus porquês e apresentam interesses em descobrir o mundo que as cerca e isso é natural, faz parte do seu processo de desenvolvimento e da construção do seu conhecimento.

O educador deve conhecer e considerar a singularidade das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. O educador é o mediador entre a criança e o objeto de conhecimento organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades efetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos do conhecimento humano (MONTEIRO, 2002, p.5).

Na educação infantil, o processo de cuidar e educar caminha junto e o professor exerce um importante papel ao desenvolver tais práticas de maneira dinâmica. Os aspectos de saúde, afeto, segurança, interação, alimentação, brincadeiras, aprendizagem e entre outras especificidades desenvolvidas na educação infantil são atreladas a este profissional.

Muitos alunos entram muito pequenos ou até mesmo bebês na escola, pois os pais precisam trabalhar e é nessa fase que o brincar é um importante trabalho desenvolvido pelo professor e torna-se crucial para o desenvolvimento. Segundo Vygotsky (1996, p. 117), a brincadeira “cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança”, entretanto é nas

brincadeiras que os mesmos se projetam para ações que estão além do que a sua idade lhe permite realizar.

Através da brincadeira, as crianças passam a compreender a si mesmo, ao outro e ao meio em que está inserida enaltece a ação imaginaria por ser a primeira forma que a criança pequena encontra para superar as ações em que se depara com restrições. Diante disso Vygosky (1996, p. 129) diz que:

No brinquedo a criança opera com significado desligados dos objetos e ações aos quais estão habitualmente vinculados, entretanto, uma contradição muito interessante surge, uma vez que, na brincadeira, ela inclui, também, ações reais e objetos reais. Isto caracteriza a natureza de transição da atividade do brinquedo: é um estágio entre as restrições puramente situacionais da primeira infância e o pensamento adulto, que pode ser totalmente desvinculado de situações reais.

Os professores da educação infantil são desvalorizados em muitas situações seja pela família do educando ou até mesmo pela sociedade que ainda carrega uma visão errada desse profissional, visão essa que não compreende o trabalho que é realizado constantemente em sala de aula, as atividades, brincadeiras e até mesmo coisas simples do cotidiano escolar, mas que para o desenvolvimento da criança tem um enorme valor.

Ostetto, 2000 ressalta que o agir pedagógico deve atender as reais necessidades das crianças, deve ser criativo, flexível, atendendo a individualidade e ao coletivo. Será o eixo organizador da aquisição da construção do conhecimento, a fim de que a criança passe de um patamar a outro na construção de sua aprendizagem.

Diante disso, é preciso que as salas de aula se reinventem, saiam do tradicionalismo e pensem em cada criança como um ser único e social. Que seja capaz de oportunizar situações e interações com o mundo físico social, instigar a curiosidade a fim de promover a autonomia do educando.

Para tanto, não basta que apenas o professor e o espaço de salas estejam engajados sobre o crescimento da criança, é muito importante que a instituição e a sua equipe de trabalho proporcionem propostas que vise o desenvolvimento, através da exploração de objetos, atividades lúdicas, desenvolvimento motor, físico, psicológico, intelectual, social e emocional.

O RCNEI (vol. 1, p. 23) traz uma consideração importante a respeito:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, ao conhecimento mais amplo da realidade social e cultural.

O professor de educação infantil desenvolve também a função de guia que, segundo Bruner (2001), é alguém que ajuda o aluno a descobrir por conta própria, enxergam as crianças como seres pensantes e que seu desenvolvimento pode ocorrer em decorrência das trocas de conhecimento entre professor-aluno e aluno-aluno.

Diante das reflexões, entendemos o quão importante é o professor dessa etapa da vida escolar da criança e a complexidade com que é realizado o seu trabalho.

Mas sabemos também, que não existe uma fórmula, ou um único caminho para se ensinar, é preciso manter-se em constante atualização, conhecer diferentes possibilidades de trabalho, ter como base documentos que norteiam e auxiliam o trabalho do professor e o mais importante estarem preparados para novas situações que possam ocorrer e enfrentá-las da melhor maneira possível.

### *3.1.3 Quem é o Professor de Educação Infantil*

Quando pensamos no perfil do profissional de educação infantil, é difícil falar sobre um perfil único ou um modelo a ser seguido; para iniciarmos a discussão a respeito, antes de tudo é necessário que haja sentimentos e prazeres entrelaçados à prática pedagógica do professor:

Em toda educação, o que mais marca é primeiro, o amor; depois, o exemplo; e, em terceiro lugar, o ensino, seria essencial que o (a) educador (a) infantil tivesse ilimitado amor a sua profissão e integral condição de transmiti-la através de seus gestos e de suas intervenções. Que gostasse muito de crianças e que mostrasse extremamente sensível ao afeto que desperta [...] (ANTUNES, 2006, p. 60).

A identidade, segundo Hobold (2008, p. 42) pode ser exemplificada “como um arcabouço pessoal, ou seja, o reservatório de experiências, que aos poucos o ser humano vai constituindo por meio das relações sociais”. Diante disso, entendemos que as experiências vivenciadas pelos professores, sejam elas pessoais e/ou profissionais, no seu ambiente de trabalho, contribuem para a formação da sua identidade enquanto profissional.

O perfil do professor de educação infantil pode passar por mudanças ao longo de sua carreira, de acordo com o seu comprometimento, por influência da escola ou até mesmo no contexto político no qual o mesmo está inserido.

É no período em que se é estudante que essa identidade vai sendo construída, para os autores Marcelo e Vaillant (2013), que se solidifica após a formação inicial e durante todo o período de exercício profissional.

Por muito tempo, a formação para os profissionais que realizavam o trabalho com as crianças era muito precária e em muitos casos não existia, apenas designavam a algumas mulheres, normalmente religiosas sem nenhum tipo de formação acadêmica para desenvolver o trabalho pedagógico e assistencial.

Historicamente falando, levou-se muito tempo até que esses profissionais fossem de fato reconhecidos tendo assegurados os seus direitos e a sua formação. Ocorreu apenas com a luta por uma educação de qualidade para todos e mudanças no sistema educacional.

Os profissionais da educação infantil eram nomeados de diferentes formas como, por exemplo: educador infantil, professor de educação infantil e técnico de educação (BRASIL, 1994). Diante disso, surgiu então a preocupação por parte dos estudiosos a fim de essa função fosse de fato caracterizada e somente após a LDB 9394/96, que se estabelece a função de docente para todos os profissionais da educação básica.

De acordo com Oliveira Formosinho (2002 a, p. 44), a docência na educação infantil apresenta aspectos similares e diferenciadores da docência dos demais níveis de ensino. O professor de educação infantil precisa levar em conta a vulnerabilidade social de cada criança e o desenvolvimento nos aspectos afetivo, cognitivo e social biológico.

A presença feminina na educação infantil é predominante. Vianna (2001) aponta algumas explicações históricas para esse fenômeno, destacando sua origem nas chamadas escolas domésticas ou de improviso, ainda no século 19, onde as mulheres exerciam funções de cuidado e orientação das crianças. E com a institucionalização do ensino na transição de Império para República, as mulheres que eram servidoras públicas ou possuíam magistério já tinham a oportunidade de exercer o trabalho com as crianças nas instituições de ensino.



Os homens, de acordo com Gatti e Barretto (2009), abandonavam a escola desde muito pequenos para irem à busca de oportunidades no mercado de trabalho. Entretanto a formação das mulheres aumentava cada vez mais.

Para a formação desses profissionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabeleceu como requisito mínimo para o professor atuante na educação básica a qualificação “[...] em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena [...] admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal” (Brasil, 1996).

Mais recente, o Plano Nacional da Educação – PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) estabeleceu, em sua Meta 15, que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (Brasil, 2014).

E ainda tem as formações continuadas, como políticas educacionais para os educadores que estão lecionando tenham aprimoramento e renovação de suas práticas pedagógicas para se trabalhar em sala de aula e garantir o desenvolvimento pleno da criança. Para que o processo de ensino e aprendizagem se concretize na fase da educação infantil e o professor tenha êxito em sua prática, é importante que haja uma relação ativa de afeto entre educador e o educando, pois os professores acabam se tornando espelhos para as crianças que tenta instintivamente os imitar em ações, gestos e até mesmo falas. Ainda de acordo com Antunes 2006:

Que sejam desafiadores, inquietos, responsáveis e, sobretudo estudiosos para que se mantenham sempre ao lado dos avanços científicos da neurologia, pedagogia, psicologia e psicopedagogia e que saibam transpor essas conquistas para sua ação junto às crianças [...], jamais inculcando conhecimentos, mas intermediando a construção de conceitos e de significações [...]. Que seu olhar sobre o desenvolvimento humano não seja de apenas encanto e jamais de infantilização, mas de integral comprometimento com a profissão, com as conquistas da ciência e com o trabalho [...].

Diante de todo estudo realizado, a fim de descobrir quem é o professor de educação infantil e o seu perfil, podemos destacar a importância da formação sólida, dos conhecimentos específicos a respeito do desenvolvimento infantil, que o mesmo esteja preparado para lidar com crianças singulares e de diferentes personalidades, pois nessa etapa da vida escolar da

criança é que acontece o início do processo do reconhecimento de si mesma para a inserção na sociedade.

Mas é importante que saiba também que a sua construção como profissional é um processo gradativo e os saberes e experiências são construídos no dia a dia na prática, nas trocas e principalmente no relacionamento com as crianças que sempre tem muito a ensinar.

## **4 CAPÍTULO 3**

### **4.1 RESULTADOS DAS ANÁLISES**

Neste capítulo, será apresentado o resultado das análises realizadas na BNCC e nos PCNs volume 1 e volume 2.

#### *4.1.1 O trabalho do professor na Educação Infantil: expectativas conforme os teóricos*

De acordo com o referencial teórico realizado para a elaboração da pesquisa, pode-se compreender sobre o perfil do professor da Educação Infantil e quais são as atividades que o mesmo desenvolve no trabalho com as crianças com idade entre 0 e 5 anos de idade.

ANTUNES (1998) defende que dentre diversas as funções que são desenvolvidas pelo professor que atua no seguimento da Educação Infantil, é preciso que antes de qualquer ação haja prazer e amor interligado com a prática pedagógica do educador. Esse professor é considerado como um espelho para as crianças já que nessa fase aprende-se muito através de imitações, falas, gestos e ações. Espera-se ainda do educador uma formação sólida que possibilite o desenvolvimento de um trabalho pedagógico eficaz e com resultados positivos.

OSTETTO (2000) acredita que uma prática seguida de constantes atualizações dos conhecimentos por meio de formação continuada, cursos, estudos e pesquisas que leve esse professor a estar preparado para administrar diferentes situações e singularidades que possa existir no cotidiano escolar e também proporcionar uma maneira dinâmica para a aquisição do ensino.

A interação com a família é essencial, considerando que é na Educação Infantil que a criança tem o primeiro contato com o meio social, onde a mesma deixa de estar somente no convívio familiar e passa a interagir com outras crianças e adultos. Uma boa relação entre os professores e as famílias faz com que o trabalho realizado na escola flua de modo a atingir bons resultados já que a casa deve ser uma extensão da escola.

De acordo com os autores MAISTRO, (1999); KISHIMOTO, (1999); MACHADO, (1999); ROCHA, (2000). A responsabilidade pela interação entre a instituição escolar e a família é do professor, por meio de parcerias, participação nas atividades e nas propostas curriculares desenvolvidas na escola. Espera-se uma metodologia de aprendizagem dinâmica que seja capaz de renovar-se para atender a singularidade de cada sujeito de diferentes idades, onde o professor tem o papel de mediador entre o objeto de conhecimento e o aluno.

#### 4.1.2 A denominação do profissional nos documentos

Ao analisar a BNCC e os PCNs referente à Educação Infantil, um dos pontos de relevância da análise foi voltado para observar como esses profissionais são denominados nos documentos oficiais que tem por objetivo guiar o seu trabalho no cotidiano escolar e se está próximo ao que os teóricos trazem em seus estudos de acordo com a tabela a seguir o termo professor aparece nas respectivas quantidades:

BNCC	PCN v. 1	PCN v. 2
9	35	72

Comparando com o que os teóricos trazem em seus estudos, os termos que são abordados nos documentos na atualidade, educador e professor, não são os mesmos empregados nos primórdios da Educação Infantil, pois, por muito tempo, os professores eram conhecidos como: técnico de educação infantil, cuidador e até mesmo babá por não possuir uma formação específica para trabalhar com as crianças dessa idade.

E somente com a LDB 9394/96, após reivindicações, foi que se estabeleceu a função de professor da Educação Infantil para todos os profissionais que atuam em creches e pré – escolas.

Diante disso, é possível compreender um avanço significativo para esses profissionais, uma conquista para ficar marcada na história: o reconhecimento e a valorização pelo seu trabalho que por muito tempo não havia e agora é lei.

#### 4.1.2.1 O Trabalho nos PCN

Em concordância com o Ministério da Educação (MEC) e com as políticas educacionais, a Secretaria de Educação Básica, juntamente com a Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI) e o Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental (DPE), apresenta o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, sendo ele dividido em dois volumes.

O PCN tem o propósito de levar qualidade para o ensino em instituições que atendam creche, pré – escola e até mesmo centros de Educação Infantil. Além disso, esse documento promove também a igualdade e oportunidade para que todos possam ter acesso a um ensino de qualidade.

O documento é considerado um marco histórico para a Educação Infantil não apenas pelo conteúdo que é apresentado, mas também por ser um dos primeiros no contexto da legislação e das primeiras conquistas adquiridas para a Educação Infantil.

No PCN, são destacados os seguintes aspectos sobre o trabalho docente: a sua importância de iniciar a formação humana, as suas tarefas (como fazer registros, realizar o acolhimento inicial não só para os alunos, mas também com a família e atividades diversas desenvolvidas em sala de aula), a formação necessária para os professores, organização do ambiente e matérias da sala de aula, a equipe escolar com quem trabalha e a participação na realização das propostas pedagógicas).

Com o olhar voltado para o papel que o professor assume diante dos documentos, pode-se depreender que a função docente é muito importante, já que teria a responsabilidade de iniciar a formação humana dos sujeitos, como se pode ver no excerto 1:

Excerto 1:

...Iniciar a formação necessária a todas as pessoas para que possam exercer sua cidadania. Por sua vez, a definição da finalidade da Educação Infantil como sendo o “desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a

ação da família e da comunidade” evidencia a necessidade de se tomar a criança como um todo para promover seu desenvolvimento e implica compartilhamento da responsabilidade familiar, comunitária e do poder público. (PCN, v 1, p. 32 ).

Para que o professor possa realizar a avaliação que deve ser processual, é necessário que ele faça constantes registros sobre os alunos a fim de auxiliá-lo no desenvolvimento do seu trabalho pedagógico, observar a evolução dessa criança, os avanços e as dificuldades que a mesma possa ter para que sua metodologia de trabalho seja sempre voltada para atender a todos, conforme o excerto 2:

Excerto 2:

... Seu acompanhamento e registro têm objetivos de diagnóstico e não de promoção ou retenção, exigindo a redefinição das estratégias metodológicas utilizadas com as crianças de 0 até 6 anos de idade. (PCN, v 1, p32 )

Esse destaque para a importância da avaliação e o como realizá-la na Educação Infantil, também foi discutido por dois autores (VIGOTSKI, 1991; BARBOSA, I, 1997) que destacam avanços quando o processo de avaliação ocorre em todos os momentos das atividades, sejam elas individuais ou coletivas que estejam em consonância com as práticas pedagógicas do professor, os recursos que utiliza e o que se avalia para que não transforme a avaliação em um ato excludente e de preconceito e sim como uma forma de saber o que a criança está aprendendo e o que precisa ser modificado em sua prática.

Quanto à formação exigida para os professores que atuam na Educação Infantil, esta passou a ser a mesma daqueles que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, diante do exposto que a Educação Infantil passou a fazer parte do ensino básico, segundo o excerto 3:

Excerto 3:

... Em decorrência da inserção da Educação Infantil na Educação Básica, a formação exigida para o profissional que atua com essa faixa etária passa a ser a mesma daquele que trabalha nas primeiras séries do Ensino Fundamental: nível superior em curso de licenciatura, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (PCN,v 1, p. 32 )

No PCN especificamente no volume 2, fica atribuído ao professor a tarefa de realizar diversas atividades em sala de aula com os alunos, atividades relacionadas as necessidades

básicas das crianças e que auxiliam no processo de desenvolvimento do aluno e promovam a interação entre as crianças e adultos, de acordo com o excerto 4:

#### Excerto 4

... Professores e os demais profissionais que atuam nessas instituições devem, portanto, valorizar igualmente atividades de alimentação, leitura de histórias, troca de fraldas, desenho, música, banho, jogos coletivos, brincadeiras, sono, descanso, entre outras tantas propostas realizadas cotidianamente com as crianças. (PCN, v 2, p. 28 )

É função atribuída ao professor intervir, buscar estratégias e metodologias diferentes para que seja possível atender as necessidades de cada criança. Bem como se preparar ao início do ano para receber os alunos e as famílias dessas crianças, já que muitos iniciam na Educação Infantil ainda bebê. O PCN ressalta o importante papel do professor e da equipe gestora em si para que a família se sinta parte da escola, participe de todos os momentos que seja possível e que a escola e a família tenham uma boa relação, visando sempre pelo pleno desenvolvimento do aluno, diante disso, o excerto 5 diz que:

#### Excerto 5

... Demanda das professoras, professores, gestoras e gestores uma atenção especial com as famílias e/ou responsáveis pelas crianças, possibilitando, até mesmo, a presença de um representante destas nas dependências da instituição (PCN, v 2, p. 32).

Essa ação atribuída ao professor a respeito de integrar a família dentro da comunidade escolar também foi defendida por (BUFALO, 1999 e ROCHA, 2000). Ambos acreditam que a participação da família no projeto político pedagógico da escola e em diferentes atividades desenvolvidas pela mesma, torna-se uma gestão democrática e efetiva.

Parceria entre professores e gestores em encontros coletivos, reuniões e até mesmo acompanhamento diário em sala de aula para que juntos possam realizar trocas que sejam construtivas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, estabelecendo assim uma relação de confiança e aprimoramento do trabalho pedagógico para que tenham resultados positivos, pode ser visto no excerto 6:

#### Excerto 6

... Elaboram e/ou recebem informações sobre a proposta pedagógica da instituição de Educação Infantil antes de nela começar a trabalhar. (PCN, v 1, p. 41 )

Os materiais utilizados para o desenvolvimento de atividades diversas e a organização do ambiente da sala de aula ficam sob responsabilidade do professor, para que possa da melhor forma serem utilizados e conservados pelos alunos. É necessário ainda que o ambiente atenda as necessidades básicas e específicas de cada aluno, ficando assim a critério do professor a maneira de organizá-los. Em relação a essas ações do professor os excerto 7 e 8 dizem que:

#### Excerto 7

... Professores das instituições de Educação Infantil responsabilizam-se pelo uso adequado dos equipamentos e dos materiais pelas crianças e pela conservação destes. (PCN, v 2, p. 42 )

#### Excerto 8

... Paredes são usadas para expor as produções das próprias crianças ou quadros, fotos, desenhos relacionados às atividades realizadas visando a ampliar o universo de suas experiências e conhecimentos. (PCN, v 2, p.42 )

#### 4.1.2.2 O Trabalho na BNCC

O trabalho do professor de Educação Infantil na BNCC é marcado por diferentes ações envolvendo a família, o próprio professor, as crianças, a equipe escolar com quem trabalha o ambiente escolar e as atividades desenvolvidas.

Trabalhar juntamente com a família e principalmente conhecer o contexto social no qual a sua comunidade escolar está inserida, para que seja possível desenvolver propostas pedagógicas que tenham significância para os alunos e que auxiliem no desenvolvimento pleno dos mesmos é uma ação designada ao professor, como se pode ver nos excertos 9 e 10:

#### Excerto 9

... Especialmente quando se tratam da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BNCC, p. 36)

#### Excerto 10

... E para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. (BNCC, p. 36 e p. 37)

Core (2011) também fala sobre a relação família e escola com um olhar positivo de que a soma desses dois sujeitos em parceria auxilia muito principalmente na fase da Educação Infantil. Esse autor, em sua pesquisa, traz estudos de casos (CORE, 2011, p. 29) onde analisa a relação entre os professores e os pais dos alunos, apontando para a importância dessa relação na construção de um contexto de diversidade.

Também se faz menção na BNCC às práticas voltadas para a construção da autonomia do aluno, para o conhecimento de si e do outro e sempre respeitando o conhecimento que a criança traz, consigo, de acordo com o excerto 11:

#### Excerto 11

... Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas. (BNCC, p. 39)

D. Guimarães (2008) defende em sua pesquisa os avanços que uma boa prática pedagógica com desenvolvimento de diferentes atividades e que proporcione aos alunos a interação com o outro, podem fazer com que a autonomia das crianças avance se construa rapidamente.

Parte importante do trabalho do professor na BNCC é estar em constante reflexão sobre a sua prática pedagógica, ou seja, para que as atividades cheguem para os alunos se desenvolverem existe uma etapa que é importante que o educador utilize. A primeira é o antes, sendo ela a organização, seleção de conteúdos, materiais e o planejamento de como essa atividade será executada. O durante requer do professor a mediação e o monitoramento dos alunos no ato da realização, e por fim, o último passo que é o pós, onde o professor tem a função de avaliar e, se necessário, adicionar alterações para que todos atinjam o desenvolvimento pleno.



Na BNCC, fica delegado ao professor realizar o acompanhamento constante dos avanços, conquistas e retrocessos dos alunos por meio de registros, sendo possível assim evidenciar se houve progressão ou não durante o período observado. E o mais importante, nunca se deve rotular o aluno com termos que possam interferir negativamente no seu desenvolvimento, de acordo com o excerto 12:

#### Excerto 12

... É preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. (BNCC, p. 39)

Os espaços educacionais podem interferir positivamente ou negativamente no desenvolvimento do educando. Diante disso, os professores e a escola ficam responsáveis por adequar a sala de aula com uma estrutura que atenda aos alunos desde bebês no berçário até a pré – escola, com mobília, matérias, jogos e brinquedos que favoreça no desenvolvimento social, intelectual, cognitivo e físico das crianças.

Cinco Campos de Experiências são apresentados na BNCC para a Educação Infantil que são: 1) o eu, o outro, e o nós; 2) corpo, gestos e movimentos; 3) traços, sons, cores e formas; 4) escuta, fala pensamento e imaginação e o 5) espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. São através desses que conhecimentos e saberes são passados para os alunos a partir do currículo escolar, diante dos excertos 13 e 14:

#### Excerto 13

... Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BNCC, p. 40)

#### Excerto 14

... A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos

fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências. (BNCC, p. 40)

E por meio das brincadeiras e interações que devem ser possibilitadas pelo professor é possível que os Campos de Experiências sejam trabalhados em sala de aula com o foco no objetivo de aprendizagem e desenvolvimento de cada um deles para cada faixa etária, como traz o excerto 15:

#### Excerto15

... São as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BNCC, p. 37)

Na teoria vigotskiana, as brincadeiras possuem um papel muito importante no desenvolvimento do aluno principalmente quando pequenos. É através das brincadeiras que os mesmos se desenvolvem em diversos aspectos sendo ele físico, motoro, intelectual e entre outros. Momentos de brincadeiras tanto no coletivo quanto no individual possibilitam ao aluno não só aprender, mas também ensinar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa apresentada é compreender qual o papel que o professor assume na BNCC e PCNs, verificando possíveis avanços, retrocessos, se houve a implicação de novas mudanças e se essas interferem de maneira positiva ou negativa no trabalho do professor.

Para realizar o desenvolvimento da pesquisa, trouxemos ideias de diferentes autores sobre a Educação Infantil, o professor e o seu trabalho para que fosse possível assim compreender o contexto da pesquisa que iria realizar a fim de atingir os objetivos propostos.

Os PCNs volume 1 e volume 2 trazem avanços significativos para o professor e a sua prática pedagógica, um documento atualizado que auxilia na elaboração dos currículos escolares. Foi possível destacar ações a respeito da família, a equipe escolar, formação dos professores, as atividades diversas desenvolvidas pelo mesmo com os alunos e o ambiente escolar. Entretanto, após a análise, pode-se entender que os dois volumes dos PCNs são documentos voltados para a qualidade dos parâmetros curriculares, sendo assim acaba não sendo um material utilizado frequentemente por professores para apoiarem-se a fim de facilitar e guiar o trabalho no dia a dia.

Já na BNCC, as ações voltadas para os professores também envolvem a família, a sua formação, as atividades que desenvolve em sala de aula, o trabalho juntamente com a equipe escolar, o ambiente de sala de aula e a importância da avaliação e dos registros. Porém diferentemente dos PCNs, na BNCC não é só trabalho que o professor deve realizar para com os alunos que fica em evidência, mas também o modo de trabalhar com as crianças de cada faixa etária.

O que faz com que a BNCC seja um documento mais avançado que seja como um suporte tanto para a elaboração do currículo escolar, mas também para o professor que pode facilmente ter contato com o documento para enriquecer ainda mais a sua prática pedagógica, ou seja, um documento que está sempre no dia a dia dos professores.

Partindo da vontade de trabalhar especificamente com a Educação Infantil, a realização desse trabalho de pesquisa proporcionou para mim conhecimentos ainda mais aprofundados sobre a área que, na graduação de Pedagogia não é possível obter. Acredito que, para os futuros alunos e até mesmo professores que possam ter a oportunidade de ler o

mesmo, este trabalho de conclusão de curso poderá levá-los há compreender um pouco sobre o contexto pelo qual a Educação Infantil se constituiu até que se chegasse ao que é hoje e também sobre os professores e o espaço que conquistaram após muitas reivindicações e luta por um reconhecimento.

Contudo a importância desse trabalho, é mostrar aos leitores que é notório um avanço significativo por parte dos dois documentos, a BNCC e os PCNs, quanto à importância do trabalho dos professores de Educação Infantil e o como ele acontece nos dias atuais com todas as políticas públicas que asseguram um trabalho de qualidade para com os alunos em relação ao que era lá no início das primeiras instituições que atendiam as crianças, muitas sem o mínimo de estrutura e voltadas especificamente para o cuidado assistencial e não ao pedagógico. Porém na BNCC é que foi possível notar uma estrutura maior para esses professores.

Por fim, o resultado do trabalho de pesquisa torna-se importante para a educação com consequências positivas, pois os dois documentos analisados trabalham sobre o professor, porém cada um com o seu enfoque, sendo os PCNs em assegurar e proporcionar parâmetros de qualidade para a Educação Infantil e o trabalho na mesma e a BNCC voltada para facilitar e orientar o trabalho do professor no dia a dia da escola.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM E. D.; STEYER V. E. (Orgs.). **A criança de 0 a 6 anos a educação infantil: um retrato multifacetado**. Canoas: Ubra, 2001, p. 133.

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Bakhtin, 1992:278

ANTUNES, Celso. **Educação infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 42.

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BARBOSA, Ivone, MARTINS Telma A. T. Formação de conceitos em educação infantil: o enfoque da revista nova escola. Relatório final/ PROLICEN/ UFG, 1997

Bruner, J. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BUFALO, J. M. P. O imprevisto previsto. **Pró – posições**, São Paulo, Vol., 10, N.º 1, p. 119-139, mar. 1999.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei 9394/96, de 20/12/1996. Disponível [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

\_\_\_\_\_. MEC/COEDI. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998 a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994a.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

BRASIL/ SEF/ MEC **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF 1988. V. 1, v.2, v.3.

**Educação pré-escolar e assistência no Brasil**. São Paulo: USP Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado) 1990.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A pesquisa qualitativa de abordagem histórico-cultural: fundamentos e estratégias metodológicas. ANPED-30ª reunião anual, 2007

GATTI, B. A. A atratividade da carreira docente no Brasil. Estudos e Pesquisas Educacionais, São Paulo, n.1, p. 139-210, maio/ago. 2009.

HOBOLD, Márcia de Souza. **A constituição das formas identitárias dos professores/chefes de departamento dos cursos de licenciatura**. 2008. 199 p. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

[Http://movimentopelabase.org.br/acontece/base-nacional-comum-curricular-2/](http://movimentopelabase.org.br/acontece/base-nacional-comum-curricular-2/)

[Http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf)

[Http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf)

[Http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf), p. 23

KISHMOTO, T.M. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, n.68, p. 61-79, 1999. Ed. Especial.

KUHLMANN JR., M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922).

KUHLMANN J. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediações, 2000.

KUHLMANN JR., Moisés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos, (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875- 1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30 (Coleção educação contemporânea).10- MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In:

MACHADO, M. L. de A. Criança pequena, educação infantil e formação dos profissionais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 17, p. 85-98, jul/dez. 1999. N.º Especial.

MAISTRO, M<sup>a</sup> Aparecida. Relações Creche e Famílias, a quantas andam? **Perspectiva**, Florianópolis, ano 17, p. 49-59, jul. /dez. 1999. N.º especial.

MARCELO, Carlos; VAILLANT, Denise. Desarrollo profesional docente ¿Cómo se aprende a enseñar? Madrid: Narcea, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

MONTEIRO, Silas Borges. Epistemologia da prática: o professor reflexivo e a pesquisa colaborativa. In: GHEDIN, Evandro e PIMENTA, Selma. O professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo. Cortez. 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. O desenvolvimento Profissional das Educadoras de Infância: entre os saberes e os afetos, entre a sala e o mundo. In: \_\_\_\_\_; KISHIMOTO, T. M. (Orgs.) **Formação em Contexto: uma estratégia de integração**. São Paulo: Pioneira, 2002a, p. 41- 88.

OTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontro e encantamentos na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2000.

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL UM PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA: E SUA ESPECIFICIDADE? BONETTI, Nilva. – UFSC – misbonetti@ig.com.br GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos / n.07 Agência Financiadora: CNPq.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PERFIL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA Maria Regina Viveiros de Carvalho. Brasília-DF, INEP/MEC. 2018.

Revista HISTEDBR On-line Artigo Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009 - ISSN: 1676-2584 78 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS DESSA MODALIDADE EDUCACIONAL Jaqueline Delgado Paschoal<sup>1</sup> Maria Cristina Gomes Machado<sup>2</sup> UEM.

ROCHA, E .A. C. A formação dos professores de educação infantil: perspectivas indicadas na produção acadêmica brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL OMEP, 2000, Rio de Janeiro. Anais do Congresso Internacional da OMEP. **Infância Educação infantil: Reflexões, para o início do século**. Rio de Janeiro, 2000, p. 223 – 234.

São Paulo: Saraiva **1996**. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/**1996**.

SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins Silveira. Práticas pedagógicas na educação de crianças de zero a três anos de idade: concepções acadêmicas e de profissionais da educação. 2015. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2015.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.117.

\_\_\_\_\_, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 129.

VYGOTSKI, Lev S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo, Moraes, 1991. p. 1-7.